

3/2022 Consulta prévia para a Fornecimento de máquina de
lavar roupa industrial com capacidade de 18Kgs

CADERNO DE ENCARGOS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Índice

Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Características do equipamento	3
Cláusula 3. ^a - Contrato	4
Cláusula 4. ^a - Prazos	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 6. ^a - Conformidade e operacionalidade do bem	6
Cláusula 7. ^a - Entrega do bem objeto do contrato	6
Cláusula 8. ^a - Preço base contratual	6
Cláusula 9. ^a - Garantia Técnica	7
Cláusula 10. ^a - Garantia de continuidade de fabrico	7
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento	8
Cláusula 12. ^a - Penalidades Contratuais	8
Cláusula 13. ^a - Força maior	9
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante	10
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do fornecedor	11
Cláusula 16. ^a - Foro competente	11
Cláusula 17. ^a - Comunicações e notificações	11
Cláusula 18. ^a - Contagem de prazos	11
Cláusula 19. ^a - Legislação aplicável	12
Cláusula 20. ^a - Gestor do contrato	12
Cláusula 21. ^a - Confidencialidade e proteção de dados	12
Anexo 1 – Proposta de Preço	15

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Caderno de Encargos

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas de cumprimento obrigatório para ambas as partes na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de uma máquina de lavar roupa industrial de 18 Kgs.

Cláusula 2.ª

Características do equipamento

A Máquina de Lavar, a fornecer em estado novo, terá de respeitar as seguintes características técnicas:

Marca Primus ou similar;

Tambor interno:

Capacidade máxima 1:9 20KG

Capacidade 1:10 18KG

Volume: 180l

Diâmetro: 750mm

Velocidade do Tambor:

Lavagem: 42 r.p.m.

Centrifugação: 490 r.p.m.

Fator G 100(padão)

Aquecimento

Eletricidade (padão): 12kw/18kw

Vapor 1-8bar

Água quente 90°C

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Nível de ruído: <65

Ligação para válvulas de água: 3/4"

Pressão da água: 100-800 kPa

Rec. pressão de água: 300-500 kPa

Entrada de água 20L/min

Válvula de drenagem 76 ext mm

Volume do fluxo com válvula de drenagem 210L/min

Ligação válvula vapor 1/2"

Pressão de vapor 100-800 kPa

Dimensões: 1410x890x915 (AxLxP)

Cláusula 3.ª

Contrato

Ao Abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 95 do CCP não é exigível celebração de contrato.

Cláusula 4.ª

Prazo

O adjudicatário tem o prazo de 45 dias para entrega da máquina de lavar na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita Rua Estrada Simão Gonçalves da Câmara (ER. 224), nº 91, na freguesia da Calheta, sendo os custos suportados pelo adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do Fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- a) Obrigação de entrega da máquina de lavar identificada na sua proposta respeitando o estipulado no Caderno de Encargos;
- b) Obrigação de garantia do equipamento objeto do contrato;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) O adjudicatário obriga-se a respeitar na íntegra as características técnicas exigidas pela entidade adjudicante no que se refere á viatura conforme descrito na cláusula 2.^a deste caderno de encargos.
- e) Todas as despesas com a entrega e fornecimento dos referidos bens são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 6.^a

Conformidade e Operacionalidade do Bem

- 1- O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 A maquina de lavar, objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizada para os fins a que se destina e dotada de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 O fornecedor é responsável, perante a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que existam no momento da entrega do bem.

Cláusula 7.^a

Entrega do Bem Objeto do Contrato

- 1 — O bem objeto do contrato será entregue na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita Rua Estrada Simão Gonçalves da Câmara (ER. 224), nº 91, na freguesia da Calheta.
- 2— O fornecedor entregará juntamente com a máquina um documento, redigido em língua portuguesa: Catálogo elucidativo sobre o funcionamento e manutenção.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Cláusula 8

Preço base contratual

1- O preço base é de **9.500,00€** (nove mil e quinhentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, entendendo-se por preço base o valor máximo que a Santa Casa da Misericórdia pagará.

2 - Pelo fornecimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3— O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega e a quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.ª

Garantia técnica

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na lista de artigos a que se refere a cláusula primeira que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2 – A garantia prevista no nº anterior abrange:

- a) O fornecimento, montagem ou integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação de peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

f) A deslocação ao local de instalação ou de entrega;

g) A mão-de-obra

3 — No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Santa Casa da Misericórdia da Calheta tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve esta notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 — A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que a mesma se destina.

Cláusula 10.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objecto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

O Preço base é de 9.500€ (nove mil e quinhentos euros).

1 — As quantias devidas pela entidade adjudicante, Santa Casa da Misericórdia da Calheta, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas, por cheque ou transferência bancária, até ao final do mês seguinte ao da receção pelos respetivos serviços da correspondente fatura.

2 — As quantias devem ser pagas no prazo de 60 dias a contar da emissão da fatura pela entidade adjudicante depois de comprovada a prestação de serviço ou o recebimento do bem objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância detetada pela entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve o mesmo comunicar ao fornecedor, por escrito, os

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega do bem objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço contratual;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 10% do preço contratual;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, Santa Casa das Misericórdia da Calheta, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante, exija uma indemnização pelo dano excedente.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Cláusula 13.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de um ano ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.

2 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros.

2 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido nos termos e conforme descrito no Código dos Contratos Públicos.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Cláusula 16.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal do foro da Ponta do Sol, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a

Comunicações e Notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e Comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o mais não previsto no Caderno de Encargos e no Convite, aplicar-se-á o previsto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

Gestor do contrato

A gestora do contrato acima identificado é Marlene Teixeira Gomes Melim Responsável de Econmato na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, com o email marlene.gomes@scmcalheta.com.

Clausula 21^a

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Confidencialidade e proteção de dados

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante
4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
 8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.
 9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.
 10. A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

ANEXO A

PROPOSTA DE PREÇO

(Indicar nome e sede do concorrente individual ou das entidades que constituem o agrupamento), depois de ter (em) tomado conhecimento do objeto do serviço para obriga(m)-se a executar todos os trabalhos que constituem essa Prestação de Serviços em conformidade com o presente programa de procedimento, pelo preço global de "....." (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Ao referido preço acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, perfazendo um total de.....

Mais declara (m) que se submete (m), em tudo o que respeita a execução do Contrato, à legislação portuguesa em vigor.